

Vulnerabilidade das mulheres à violência e danos à saúde na perspectiva dos movimentos sociais rurais

Women's vulnerability to violence and health damages under the perspective of rural social movements

Elisiane Gomes Bonfim, Marta Cocco da Costa, Marta Julia Marques Lopes

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, elisianegomes@ufpi.edu.br

Resumo

Palabras clave

Saúde da Mulher
Trabalhadoras Rurais
Vulnerabilidade

Este é um texto reflexivo em que se analisam as situações de vulnerabilidade à violência e danos à saúde na perspectiva de mulheres em cenários rurais. Constata-se que mesmo com a participação nos movimentos sociais rurais e na luta por melhores condições de trabalho, as mulheres apresentam maior vulnerabilidade social no meio rural, expressa pela desigualdade de acesso aos serviços estatais públicos e a desigualdade de acesso ao mercado de trabalho e a posse da terra, que se reflete em desigualdades nas condições de saúde. Observou-se que as mulheres estiveram expostas a diferentes vulnerabilidades e à violência, resultando em assassinatos e em outras situações de comprometimento da saúde as quais refletem as iniquidades de gênero, raça e classe. Evidenciou-se que muito necessita ser modificado para que as hierarquias de gênero sejam reduzidas no Brasil. Nesse sentido, constata-se que tanto no âmbito do Estado, quanto no âmbito da Academia essa é uma temática que ainda precisa ser desenvolvida e contextualizada, objetivando a estruturação de Políticas Públicas.

Abstract

Keywords

Women Health
Women Rural Workers
Vulnerability

This text analyzes the situations of vulnerability to violence and damage to health from the perspective of women in rural settings. It appears that even with the participation in rural social movements and the struggle for better working conditions, women have greater social vulnerability in rural areas expressed by the inequality of access to state public services, as well as unequal access the labor market and land tenure, which is reflected in inequalities in health. It was observed that women were exposed to different vulnerabilities and to violence resulting in murder and other situations that affect the health and reflect inequalities of gender, race and class. It was evident that much stills needs to be modified so that the hierarchies of gender are reduced in Brazil. In this sense, it appears that both in the state, and in the Academy this is an issue that still needs to be contextualized and developed, aiming at the structuring of public policy.

Introdução

Quais os elementos que constituem a vulnerabilidade das mulheres nos conflitos agrários no Brasil e a repercussão sobre sua saúde? Como se constituem essas vulnerabilidades a que estiveram e estão expostas? Essas questões constituem-se em problemática de investigação para o nosso grupo e no momento em que buscamos referências no meio acadêmico, constatamos que são raros os estudos voltados aos problemas de saúde das mulheres residentes e trabalhadoras rurais e particularmente àquelas que se envolveram em movimentos sociais ao longo dos anos. Podemos evidenciar que em acampamentos e assentamentos rurais essa carência de informações é ainda maior. No presente texto,

portanto, buscamos resgatar e discutir a vulnerabilidade das mulheres nos conflitos agrários no Brasil, na perspectiva da violência e danos à saúde.

Como integrantes da população rural brasileira, as mulheres estão mais vulneráveis à violência; apresentam menor índice de trabalho formal que os homens, têm salários menores, constituem apenas 12,6% das beneficiárias da reforma agrária do Brasil e têm dificuldade de acesso aos serviços públicos e, conseqüentemente às políticas públicas (Brasil, 2004).

Ao se analisar as especificidades dos cenários rurais, percebe-se que se perpetua a divisão sexual do trabalho e, segundo Anita Brumer (2004), dois aspectos podem explicar essa divisão que se estabelece entre homens e mulheres rurais. O primeiro é que a unidade familiar de produção caracteriza-se por reunir os esforços de todos os membros da família, visando ao benefício de todos, havendo uma necessária aproximação entre unidade de produção e unidade de consumo. O segundo é que se vive em uma sociedade patriarcal e, de certo modo, machista em que ainda se atribui, ao homem, o papel de responsável pelo provimento da família e à mulher a responsabilidade pelo cuidado com o domicílio, realizado sem remuneração (Brumer, 2004).

Desse modo, as desigualdades sociofamiliares advindas e constitutivas da divisão sexual do trabalho, contribuem para que as mulheres, de certa forma, vivenciem potencialmente fatores de risco socioeconômicos, os quais, em interação com a estrutura de poder, afetam sua saúde pela exposição a situações distintas de vulnerabilidade relativa a diversos agravos sociais e de saúde.

No contexto histórico brasileiro, as mulheres estiveram presentes no trabalho rural desde a colonização, exercendo atividades na lavoura e no lar de modo cumulativo. De acordo com o tipo de colonização das regiões brasileiras constatam-se características diferentes nos regimes de trabalho, mas há registros de mulheres agricultoras em todas as regiões do Brasil.

E, como trabalhadoras e militantes, estiveram presentes nos movimentos sociais, nos conflitos agrários, nas reivindicações por melhores condições de trabalho e pelo direito à terra, muito embora nem sempre essa participação seja descrita. Assim, com base em revisão de literatura, analisam-se os indícios de vulnerabilidades a que estiveram expostas as mulheres trabalhadoras rurais nesses espaços e movimentos, as conseqüências para sua saúde para o cotidiano da vida rural.

Noções de vulnerabilidade

Os estudos de vulnerabilidade iniciaram na Área dos Direitos Humanos e o conceito foi incorporado à Área da Saúde nos anos 90, mediante estudos de Mann, na Escola de Saúde Pública de Harvard (Takahashi e Oliveira, 2004). De acordo com esses estudos pode-se dizer que o conceito de vulnerabilidade busca avaliar a susceptibilidade de indivíduos ou grupos a determinado agravo de saúde.

No Brasil, José Ricardo Carvalho De Mesquita Ayres, Ivan França Júnior, Gabriela Junqueira Calazans, Heraldo César Saletti Filho (2003), coordenou estudos em São Paulo, buscando estabelecer as diferentes susceptibilidades de indivíduos, grupos populacionais e até mesmo nações à infecção pelo HIV e as suas conseqüências indesejáveis. Para o autor, a vulnerabilidade procura particularizar as diferentes susceptibilidades em três planos analíticos: o individual, o programático ou institucional e o social (Ayres et al, 2003).

Ayres, além da vulnerabilidade, também analisa a susceptibilidade ao HIV em três planos, modelo proposto por Heise (1998) e citado por de Bruyn (2003), e estabelece quatro níveis para analisar a

vulnerabilidade das mulheres à violência. 1- *Nível individual* que considera o comportamento individual para um agravo e em relação à possibilidade de enfrentamento; 2- No *nível familiar* são diversos os fatores a serem considerados: medo, gravidez indesejada, controle masculino, dificuldades financeiras, entre outros; 3- No *nível comunitário* e institucional está incluída a falta de assistência pelos Órgãos oficiais e suas consequências; 4- No *nível social*, as “normas” culturais relacionadas ao domínio do homem sobre a mulher contribuem para a violência contra a mulher.

Desclaux (1998) apud Tatiana Engel Gerhardt (2000) refere que o conceito de vulnerabilidade remete a um conjunto de fatores, mas também para a capacidade de reação do indivíduo e à percepção que ele tem do ambiente ameaçador, e, portanto, dos recursos (material e simbólico) que mobiliza para desativar ou contornar um evento negativo. Nesse sentido, a noção de vulnerabilidade compreende a ideia de pluralidade de adversidades e de eventos favoráveis à exibição do sujeito a um evento negativo.

Nessas condições, a vulnerabilidade considera a ideia de dinâmica de mudanças inscritas no sistema social como elementos que participam do processo de sua própria reprodução, sendo permeável aos efeitos do ambiente externo, que podem se alterar a qualquer momento, de acordo com a capacidade do indivíduo para enfrentar o problema (Takahashi e Oliveira, 2004). Esse conceito amplia a perspectiva da intervenção, no que se refere à modificação da susceptibilidade de indivíduos ou grupos a um evento negativo, ao considerar que sua ocorrência não depende apenas de características individuais, mas por considerar também o componente social.

Entende-se as mudanças no sistema de trabalho da agricultura, o aumento da violência pela disputa da terra, as dificuldades de acesso aos serviços estatais, somados às iniquidades de gênero, como fatores que aumentam a vulnerabilidade das mulheres rurais.

Considerando-se os elementos teóricos citados busca-se contextualizar a situação das mulheres em cenário rural do Brasil e apontar situações de vulnerabilidade vivenciadas na atualidade e ao longo da história.

Movimentos sociais rurais, vulnerabilidades e repercussões à saúde

Ao se pensar sobre a adversidade do trabalho das mulheres rurais, observa-se as condições de desigualdade do trabalho feminino no Brasil. Em 2005, o Ministério do Desenvolvimento Rural (Brasil, 2005) inferiu que a inserção econômica das mulheres rurais é marcada pela pobreza e pela invisibilidade das suas atividades produtivas, pois significativa parcela do seu tempo de trabalho é considerada trabalho doméstico, ou apenas uma ajuda ao trabalho do “chefe da família”, mesmo que esta seja decisiva para a manutenção do grupo familiar. Salienta ainda, que apenas, uma pequena proporção de mulheres que vivem no meio rural tem alguma renda, e nestes casos a renda é bem menor do que aquela obtida pelos homens.

Destaca-se que essa invisibilidade tem forte expressão na jornada de trabalho dessas mulheres, pois a forma como é representado o trabalho pelas trabalhadoras rurais influencia diretamente a quantificação da jornada de trabalho, o que acaba dimensionando tempo menor do que a jornada dos homens. As inúmeras atividades desenvolvidas pela mulher seja na horta, na produção de alimentos derivados dos animais, no quintal entre outras, consideradas centrais na reprodução familiar, acabam não sendo contabilizadas como horas de trabalho (Brasil, 2005).

Nesse sentido, a inserção precária da mulher na unidade de produção familiar, surge como um dos motivos da busca das mulheres do campo por melhores condições de trabalho nas cidades. Ratifica-se essa ideia na pesquisa de Giovana Ilka Jacinto Salvaro (2004), na qual se constata que as mulheres predominam na migração campo-cidade, quando jovens, e a inserção econômica delas no meio rural é marcada pela pobreza e pela invisibilidade das suas atividades produtivas. Segundo a autora, significativa parcela do seu tempo de trabalho é considerada trabalho doméstico, ou apenas uma "ajuda" ao trabalho do "chefe da família", mesmo esta sendo decisiva para a manutenção do grupo familiar.

Anita Brumer e José Vicente Tavares dos Santos (2006) afirmam que os conflitos agrários surgem numa tentativa de minimizar as consequências das modificações da agroindústria e as diversas modalidades de economia contratual na agricultura, que indicam uma modernização dos meios de produção agrícolas acompanhados por um aumento da exclusão social, das migrações campo-cidade e da pauperização dos camponeses. Assim, o contexto dos trabalhadores rurais, segundo José Vicente Tavares dos Santos (2001), é atravessado por experiências de submissão e resistências geradas, manifestando-se por conflitos de classe, gênero e etnia. As mulheres participam desses conflitos, desde a época da colonização, embora a literatura nem sempre evidencie a presença feminina nos movimentos sociais rurais.

Esses conflitos, muitas vezes, utilizam a violência como forma de resolução e, no espaço agrário brasileiro, essa é referida em cinco dimensões: a ecológica, a costumeira, a política, a programada e a simbólica, descritas a partir de estudos de Tavares dos Santos (2001).

A primeira dimensão refere-se a uma violência a partir dos elementos do processo de trabalho e das dimensões simbólicas que necessariamente acompanham o relacionamento humano com o mundo natural, a dimensão ecológica deriva do tipo de relação do homem com a natureza.

A segunda dimensão, a violência costumeira, se evidencia na dinâmica das relações de dominação entre as classes e os grupos sociais, incorporada às relações de trabalho na agricultura e que teve sua visibilidade obscurecida pela estrutura de dominação. Essa violência foi desnaturalizada, pelos movimentos sociais, dos quilombos aos movimentos messiânicos os quais, nas suas tentativas de construção de outra ordem social, denunciavam o caráter violento da sociedade escravista e pós-escravista.

A terceira forma de violência no espaço agrário, a violência política, expressa uma forma de dominação entre as classes sociais no campo, exercida principalmente por orientação de mandantes particulares, e efetivada tanto por executantes individuais quanto por milícias privadas.

A quarta dimensão da violência, a violência programada é específica das regiões de colonização e resultante de um efeito das relações de poder exercidas pelas agências públicas e privadas de colonização, ao nível do próprio espaço social de relações que se constituiu. Trata-se de uma irracionalidade ecológica, agrônômica e econômica, imanente à racionalidade político-ideológica dos programas de colonização.

A violência simbólica, quinta forma de violência no campo, seria expressa por diferentes discursos. Se por um lado, o discurso da colonização produz uma mensagem favorável às novas terras e, assim, influencia as pessoas à migração, por outro, pelo discurso das ameaças de morte, das "mortes anunciadas" ou das "mortes juradas" submetem essa população a relações de coerção ou das relações de dominação pelo "favor" que permeiam a sociedade agrária brasileira.

Em cada dimensão, o fenômeno da violência atinge mais algumas classes sociais do que outras, algumas raças mais do que outras e, as mulheres e os homossexuais mais do que os homens, diz o autor.

Os conflitos agrários pela posse e propriedade da terra no Brasil são marcados pela violência em reação às formas de luta das populações rurais brasileiras. A violência no campo se apresenta como uma violência difusa, de caráter social, político e simbólico, envolvendo tanto a violência social quanto a violência política. Nesse caso, ela se exerce, frequentemente com alto grau de letalidade, contra alvos selecionados, principalmente as organizações dos camponeses e trabalhadores rurais, sendo perpetrada por membros da burguesia agrária, fazendeiros e comerciantes locais, mediante o recurso de "pistoleiros e milícias organizadas" (Tavares Dos Santos, 2001).

O autor argumenta que a presença do estado na violência é registrada tanto pela presença do aparelho repressivo, comprovado pela frequente participação das polícias civis e militares, quanto pela omissão de membros do poder judiciário, o que reforça o caráter de impunidade. Como resultado, produz-se a carência do acesso aos serviços do judiciário para as populações camponesas e de trabalhadores rurais, resultando em uma descrença na eficácia da Justiça para resolver conflitos ou mesmo para garantir direitos constitucionais, como o direito da função social da terra. Soma-se a essa descrença a precariedade dos serviços estatais no meio rural, principalmente no que se refere a serviços de saúde, educação e jurídicos.

Salvaro (2004), em estudo sobre o trabalho de mulheres em acampamento do Movimento dos Sem Terra, relata que elas acumulam jornadas de trabalho na lavoura e no lar e estão sujeitas a violências, inclusive as simbólicas, expressas nos diversos discursos dos movimentos sociais. Nesses discursos a mulher é vista como aquela que não participa das atividades coletivas e tem invisibilizada, muitas vezes, a sua participação no processo de desenvolvimento regional.

Essas constatações podem ser consideradas resultantes de hierarquias sustentadas nas culturas de gênero que fazem parte do cotidiano de vida e trabalho das mulheres no meio rural. Mesmo com efetiva participação nas lutas sociais pela posse da terra e por melhores condições de trabalho, mesmo com a abertura para as discussões sobre iniquidades de gênero pelo Movimento dos Sem Terra (MST) na década de 1980, as mulheres continuam vivenciando situações de discriminação e dificuldade de acesso a serviços do Estado (Salvaro, 2004). Essa falta de acesso ocorre, não apenas no acesso ao mercado de trabalho e posse da terra, mas praticamente em todos os setores, ficando, na maioria das vezes as questões públicas e legais como responsabilidade masculina, excluindo ainda mais as mulheres do exercício da cidadania pela restrição das suas atribuições ao espaço privado.

Nesse cenário, considera-se oportuno resgatar a participação das mulheres nos vários movimentos sociais agrários para entender a dialética da participação – submissão. Os movimentos citados são: movimentos messiânicos, ligas camponesas, sindicatos rurais, movimento dos sem-terra, movimento autônomo de mulheres rurais. Com isso, pretendeu-se articular atualidade e história na identificação e análise da violência enfrentada, nos diferentes espaços sociopolíticos. No entanto, a escassez de elementos sobre os cotidianos, dimensão de agravos e danos à saúde e os reflexos da violência enfrentada pelas mulheres são evidentes.

Movimentos Messiânicos e a presença feminina

O messianismo é definido como movimento social e religioso fundamentado na crença da chegada de um enviado de Deus — o Messias — cuja orientação assegura a justiça e a paz entre os homens, a

salvação de todos após a morte. Em geral, ocorre em sociedades em que o nível de vida é bastante precário e o descontentamento apresenta-se forte ante as péssimas condições de vida. Em consequência, os indivíduos tornam-se receptivos a projetos de construção de uma comunidade diferente da predominante, o que provoca a violenta reação das classes dominantes temerosas de que o projeto se alastre e se consolide (Aquino, 2000; Touraine, 1989). Nos movimentos messiânicos brasileiros cita-se a participação de duas mulheres Jacobina Maurer no Rio Grande do Sul e Benedicta Cipriano Gomes, em Goiás.

Jacobina Maurer, participou no sul do Brasil, da revolta dos Muckers (1872), um movimento que se opunha à diferenciação social no interior da comunidade. Os Muckers eram um grupo formado por cerca de 150 pessoas, distribuídas em 10 famílias. Discriminados pela população, foram perseguidos pelas autoridades religiosas e civis e por lideranças econômicas. Elma Santana (2003) relata que Jacobina foi uma mulher forte e persistente na liderança político-religiosa, entretanto foi descrita como feiticeira- pelo suposto poder de cura de doentes- além de prostituta e charlatã. Assim, Jacobina em analogia às “bruxas da Idade Média”, era uma mulher que representava risco ao poder hegemônico. O poder de Jacobina ameaçava a ordem social e gerou represálias, principalmente, das autoridades constituídas.

As “bruxas da Idade Média” segundo Paola Basso Menna Barreto Gomes Zordan (2005) eram consideradas tanto a bela jovem sedutora (ainda sem marido e cheia de pretendentes) quanto a horrenda anciã (viúva solitária), aparentada com a morte. A autora relata que a figura da bruxa ensina certo modo de enxergar a mulher, principalmente quando esta expressa poder e complementa dizendo que ao longo de muitas eras da civilização patriarcal, a lição predominante sobre as mulheres que fazem uso de poderes ou que se aliam a forças que, de um modo ou de outro, a máquina civilizatória não consegue domar desembocava em punição.

Outro movimento messiânico liderado por uma mulher foi o chamado Dia do Fogo ou Revolta dos Anjos, em Goiás. Benedicta Cipriano Gomes (1905-1970) ou Santa Dica, como ficou conhecida, conquistou seguidores de diferentes religiões. A liderança de Santa Dica nasceu de seus supostos milagres e da criação da chamada Cidade dos Anjos, uma terra livre “socialista” e incomodou fazendeiros e o poder político-militar e eclesiástico da época. Eleonora Zicari Costa de Brito (2001), Lauro de Vasconcelos (1991), Adriana Lopes Silva e Gracy Tadeu Ferreira Ribeiro (2008) dizem que ao contrário de outros líderes messiânicos, Santa Dica tornou-se “Santa” para os seus seguidores, mas não foi mártir. Ela foi uma das poucas lideranças de movimentos religiosos rurais no Brasil a tornar-se autoridade influente na política de Goiás. Essas poucas referências mostram algumas lideranças, mas pouco se escreveu sobre a vida cotidiana desses grupos e muito menos sobre sua saúde.

Mesmo que alguns pesquisadores e sociólogos questionem os movimentos messiânicos enquanto movimentos sociais, eles concordam no sentido de que essas comunidades, fundamentadas em princípios contrários à ordem estabelecida representam formas de resistência, e assim foram destruídas mediante extrema violência.

As ligas camponesas e as mulheres

As Ligas Camponesas foram associações de trabalhadores rurais criadas inicialmente no estado de Pernambuco, e após se disseminaram na Paraíba, no Rio de Janeiro, em Goiás e em outras regiões do Brasil. No início dos anos 1960, por meio das Ligas Camponesas lideradas por Francisco Julião e os Sindicatos Rurais dirigidos pelo Partido Comunista, intensificou-se a mobilização rural, tendo como bandeira principal a reforma agrária (Antunes, 1991; Rangel, 2000). Essas associações exerceram

intensa atividade no período que se estendeu de 1955 até a queda de João Goulart em 1964. Entre as Ligas, a mais importante foi a de Sapé, na Paraíba, sendo a mais expressiva e a maior de todas.

No entender de Izaura Rufino Fischer e Vitória Gehlen (2002) a expansão da Liga de Sapé se acelerou a partir de 1962, chegando a cerca de dez mil membros, quando foi assassinado seu principal líder João Pedro Teixeira, a mando do proprietário das terras do local. Após a morte de João Pedro, sua esposa Elizabete Teixeira, assumiu publicamente o lugar de líder. Dada a sua atuação nessa luta, foi perseguida pela ditadura militar, tendo que se refugiar no sul do país. Retornou ao seu Estado após a anistia concedida a perseguidos políticos e retornou à cena política, narrando sua história para trabalhadoras de todo o Brasil, como forma de incentivá-las a participar da luta pela terra. Constatou-se que, embora invisibilizada na maior parte da literatura, a mulher esteve presente, inclusive na liderança de movimentos sociais rurais.

O movimento sindicato rural no feminino

As mulheres estiveram presentes também nos sindicatos rurais. Em São Paulo, durante as greves, na década de 1980, realizaram piquetes nos pontos de saída dos caminhões nas cidades. Em Dobrada (SP), aproveitando-se da crença de que “policia não bate em mulher” formaram fileiras frente aos homens para protegê-los da repressão policial. Em Barrinha (SP), entre 1984 e 1985, enfrentaram a proibição dos maridos, além da polícia a serviço dos patrões e olheiros dos usineiros e subiram nos caminhões, discursaram e conclamaram os homens a participar do movimento grevista (Silva, 2000).

Segundo Maria Aparecida Moraes Silva (2000) foi uma mulher, no início da década de 1980, que começou um movimento que atingiu várias cidades de São Paulo e resultou em vantagens aos trabalhadores, entre os quais o registro em carteira, e a mudança no sistema de corte da cana de sete para cinco ruas, o que aumentava a produtividade. Mas, mesmo com essa participação, a liderança dos sindicatos era assumida pelos homens, porque não era aceito na região uma mulher como líder. A autora relata que as mulheres enfrentaram dificuldades para se integrar aos sindicatos, pois muitos sindicalistas consideravam-nas uma ameaça e, ainda prevalecia a crença de que as mulheres são incapazes de exercer atividades políticas e de desempenhar funções no espaço público. Isso reforça as hierarquias no contexto familiar e social, sustentadas nas culturas de gênero que são constitutivas e ao mesmo tempo reflexo da socialização de homens e mulheres no cenário rural, em que as atribuições e representações públicas e legais são de responsabilidade masculina, excluindo, ainda mais, as mulheres do exercício da cidadania pela circunscrição de suas atribuições ao espaço privado.

No entanto, as mulheres conseguiram se inserir e adquirir benefícios até então exclusivos dos homens: a aposentadoria, o direito a terra e ainda, o direito a licença-maternidade. Mesmo com os direitos adquiridos, diversos estudos evidenciam as dificuldades das mulheres em assumir o patrimônio da terra, tanto do ponto de vista legal, quanto no cotidiano das relações de trabalho, embora a legislação lhes garanta esse direito (Deere, 2004). Nesse contexto, a pequena taxa de 12,6%, uma das menores da América Latina de mulheres beneficiárias da posse da terra, potencializa a vulnerabilidade à violência que se manifesta nas relações sociais cotidianas, a destruição de plantações, ou ainda o preconceito acerca da mulher enquanto proprietária e chefe da propriedade.

O movimento dos Sem Terra (MST), a reforma agrária e a participação das mulheres

O movimento dos Sem Terra (MST), desde a década de 1980, vem discutindo a participação das mulheres no movimento, Fisher e Gehlen (2002) destacam a participação de Deolinda Alves de Souza, líder do MST ao lado de José Rainha, que foi processada e presa em 2003. No entanto, estudos desenvolvidos por Cristiani Bereta da Silva (2004) e Salvaro (2004) apontam a preocupação das lideranças com a questão da suposta resistência das mulheres em ocupar seu lugar político.

Salvaro (2004) ao analisar a divisão do trabalho em um assentamento do MST em Santa Catarina evidencia que, embora haja discursos diversos sobre as mudanças de papéis tradicionais a mulher continua sendo responsável pelo cuidado da casa e dos filhos, o que não é contabilizado como trabalho. Ou seja, o grupo considera trabalho o que é convertido para a subsistência ou possa ser comercializado. Então, para a divisão formal, os homens trabalham oito horas e as mulheres quatro, sendo invisibilizados o trabalho doméstico, o trabalho social (cuidado com as crianças e os idosos) e os cuidados de saúde. Não são consideradas- na análise das lideranças do MST- as atribuições, empecilhos e dificuldades vivenciadas pelas mulheres no cotidiano. As práticas culturais que atribuem à mulher a responsabilidade pela realização do trabalho doméstico, pelo cuidado aos filhos não se integram aos discursos, ou, quando se integram o são na forma de afirmações consagradas como “as oportunidades existem, as mulheres é que não assumem outros papéis”. Essas questões são concebidas como não importantes e não produtivas nos discursos dos líderes, mas são atividades cobradas como função social feminina nas relações pessoais nos acampamentos. Ainda, sobre o discurso da não participação da mulher no coletivo, Salvaro (2004) se refere a “mitos” como o da mulher que tem a oportunidade do poder, mas não o aproveita. As mulheres aparecem como não sabendo administrar o poder quando o possuem.

Os direitos legais das mulheres a terra foram obtidos com a Constituição de 1988. A igualdade legal, porém, não levou a um aumento do número de mulheres beneficiadas. Carmen Diana Deere (2004) relata que, no Brasil, a reforma agrária chama a atenção pela relativa baixa parcela de mulheres beneficiárias da terra se comparado a outros países da América Latina. Até a metade da década de 1990, as mulheres representavam apenas 12,6% das beneficiárias no Brasil, enquanto que em outros países, por exemplo, a Colômbia esse número chega a 45%.

A vulnerabilidade de gênero também necessita ser pensada em relação à reforma agrária, pois mesmo com a conquista dos direitos legais, constata-se que não houve aumento efetivo do número de mulheres beneficiadas com a posse de terra (Brasil, 2006).

Diz ainda a autora que o baixo percentual de mulheres beneficiárias na reforma agrária talvez possa ser explicado pela não prioridade dos movimentos rurais nesse sentido. Os sindicatos e o movimento de mulheres rurais estiveram mais centrados na luta pelos direitos previdenciários até a década de 1990 que na questão da posse da terra. Atualmente, é reconhecida a distribuição e a titulação conjunta como pré-requisito à participação das mulheres nos sindicatos e cooperativas, pois existe a percepção de que o direito a terra aumenta o poder de barganha das mulheres dentro da família e da comunidade. Porém esse é um processo lento ainda em fase inicial.

Da invisibilidade histórica ao reconhecimento das especificidades no campo da saúde

Constata-se que mesmo com a participação nos movimentos sociais rurais e na luta por melhores condições de trabalho, as mulheres apresentam maior vulnerabilidade social no meio rural, que se expressa, entre outras coisas, pela desigualdade de acesso aos serviços estatais públicos, à desigualdade de acesso ao mercado de trabalho e à posse da terra, o que se reflete em desigualdades nas condições de saúde e na manutenção dos papéis tradicionais de gênero.

Dentre as situações de vulnerabilidade, salienta-se que as mulheres, no meio rural, estiveram e continuam expostas à violência em suas diferentes formas de expressão, nas relações cotidianas, destruição de seu patrimônio (queima de plantações) e a discriminação por serem consideradas incapazes de cuidar da terra ou de exercer sua cidadania em questões políticas. Ao se analisar a participação das mulheres nos movimentos sociais rurais e, particularmente, nos conflitos agrários, constatou-se a vulnerabilidade à violência física a que estiveram expostas e os assassinatos que acometeram as mulheres no exercício de lideranças desses movimentos. Nesse sentido, convém salientar que há dois tipos de violência: a policial, ou dos representantes das elites, e a intradomiciliar por parte dos companheiros. Além disso, a violência sexual, na forma de assédio, tendo como agressores os responsáveis pelas lavouras onde trabalham e mesmo, na liderança de movimentos, também aparecem de forma velada ou explícita.

Também se constata que o direito à maternidade foi prejudicado quando as mulheres tiveram que esconder a gravidez para poderem trabalhar, em situações em que se viam coagidas à prática de aborto para a manutenção do emprego, ou ainda, no condicionamento de teste de gravidez negativos para a contratação. A solicitação dos testes foi considerada crime apenas em 1999 (Brasil, Lei 9.799 de de 26 de maio de 1999), através da Lei 9.799.

Em estudo desenvolvido com mulheres agricultoras no Oeste Catarinense que buscou identificar as noções de doença, saúde e cura através da linguagem expressa por meio das representações sociais, evidenciou-se que um dos elementos básicos na construção da percepção da doença é a sua associação ao tipo de trabalho que a agricultora está submetida. Nesse sentido, a etiologia da doença é sugerida referindo-se constantemente ao modo de vida, ou melhor, às condições de vida e trabalho a que estão submetidas no dia-a-dia, e a percepção das causas de suas doenças tem várias expressões: angústias, sobrecarga de responsabilidade, insatisfação com o relacionamento familiar e afetivo-sexual (Matos, 2000).

Desse modo, as desigualdades, estabelecidas pela divisão sexual do trabalho, contribuem para que as mulheres, de certa forma, vivenciem fatores de risco socioeconômicos, os quais, em interação com a estrutura de poder, afetam sua saúde pela exposição a situações distintas de vulnerabilidade para diversos agravos sociais e de saúde (Guedes, Silva, Coelho, Silva e Freitas, 2007).

A vulnerabilidade das mulheres rurais é expressa também na dificuldade de acesso às ações de saúde e está relacionada, entre outros fatores, às desigualdades nas relações de gênero e de trabalho, às grandes distâncias entre residência ou trabalho e os serviços de saúde, à maior precariedade dos serviços locais e à precária capacitação dos gestores e profissionais de saúde para lidarem com a especificidade dos agravos decorrentes do trabalho no campo (Brasil, 2004).

Nesse sentido, o Ministério da Saúde (Brasil, 2004), em referência a PNDS 1996 relata que 32% das gestantes rurais não tiveram nenhum atendimento pré-natal; o acesso ao parto hospitalar foi menor na área rural, sobretudo entre as mulheres com nenhum ou poucos anos de estudo, mesmo considerando

apenas aquelas que não tiveram assistência pré-natal; a taxa de mortalidade infantil entre os filhos das mulheres que não tiveram nenhuma assistência ao pré-natal e ao parto nas áreas urbanas foi de 42 por mil nascidos vivos, e na rural atingiu a 65 por mil nascidos vivos.

Constata-se, além disso, a quase inexistência de informações de saúde acerca das condições de vida das mulheres em acampamentos rurais, e de estratégias de saúde que tratem das suas especificidades. Cabe salientar ainda, que institutos oficiais relatam que as mulheres trabalhadoras rurais não são suficientemente reconhecidas pelo Estado e pela sociedade como agricultoras familiares e assentadas pela reforma agrária (Brasil, 2006).

Nesse contexto, os fatores de deterioração da saúde, a exposição aos agrotóxicos, seja ambiental ou ocupacional, aguda ou crônica, constitui-se em uma das especificidades relacionadas aos agravos de saúde da população rural, podendo causar danos à saúde das mulheres trabalhadoras do campo, entre os quais estão alguns tipos de câncer, em especial da tireoide e os distúrbios do sistema reprodutivo. Outro aspecto de deterioração da saúde que merece ser observado é a exposição à radiação solar, frequente nas trabalhadoras rurais que na maioria das vezes, não utilizam os equipamentos de proteção individual adequados durante o trabalho.

Também merece ser pensada a baixa escolaridade da população feminina residente na área rural, que pode contribuir para o aumento da vulnerabilidade aos fatores de deterioração da saúde (Brasil, Lei 9.799 de 26 de maio de 1999). Concorde-se que o nível de instrução afeta os cuidados com a saúde, o comportamento reprodutivo, o uso de anticoncepção, higiene e alimentação e formas de entendimento sobre a importância do uso dos EPI, no desenvolvimento das atividades no meio rural. Observa-se, ainda, a vulnerabilidade a acidentes de trabalho durante atividades que envolvem o manuseio com animais (chifrada de vaca, patada de cavalo, entre outros) e também em atividades em que o uso de objetos cortantes (foice, facão, machado, roçadeira, forrageiras, etc.) representa risco.

No meio rural, apesar da dificuldade de acesso, acredita-se que os serviços de saúde sejam os serviços estatais mais frequentados pelas mulheres. No entanto, além de raros e às vezes inadequados, os serviços de saúde não dispõem de uma rede intersetorial de sustentação para apoio e encaminhamentos. Exemplo, na dificuldade para a realização de exames que requerem jejum. Estes, na maioria, são realizados na sede do município e nem sempre há horários adequados de transporte coletivo, o que muitas vezes resulta em sua não realização. Outro aspecto a ser ressaltado são os encaminhamentos para centros maiores, em que um veículo do município transporta os pacientes, entretanto, esse não vai até o interior e chega muitas vezes à noite ou em horários que impossibilitam o deslocamento até a residência.

Portanto, as áreas rurais refletem as disparidades em saúde existentes no país como um todo e ainda potencializam certas características “crônicas” de acesso a serviços em suas diferentes dimensões. Não só o acesso geográfico está aí expresso, mas também aquele que é resultado das desigualdades nas opções e recursos assistenciais. Dessa forma, fatores sociais próprios do rural representam particularidades expressas nas dificuldades de acesso às estruturas de cuidado à saúde, potencializados na perspectiva das iniquidades de toda ordem e de gênero em particular.

Na tentativa de inserir a saúde das mulheres rurais na agenda pública em 2003, o Ministério da Saúde, com a colaboração dos movimentos de mulheres e de trabalhadoras rurais entre outros, formulou a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Mulheres, que tem como um de seus objetivos promover a atenção à saúde das trabalhadoras *do campo e da cidade*, por meio da implementação de ações de vigilância e atenção à saúde da trabalhadora da cidade e do campo, do setor formal e informal;

da introdução nas políticas de saúde e nos movimentos sociais, da noção de direitos das mulheres trabalhadoras relacionados à saúde. No entanto, são pouco evidentes as ações de saúde nos cenários rurais, principalmente no que tange ao enfrentamento/intervenção na violência contra as mulheres.

Ao se focar as áreas rurais e se situar a incorporação da violência contra as mulheres, na perspectiva da atenção básica de saúde, evidencia-se que os serviços de saúde são equipamentos sociais aos quais as mulheres têm acesso mais frequente e facilitado. Esses equipamentos podem chegar, efetivamente, até as comunidades, estar presentes para todas as fases da vida, e, ainda, se configurar em oportunidades para visibilizar a violência e suas repercussões para a saúde, no seu amplo sentido. No entanto, não têm sido equitativamente distribuídos e não produzem ações reconhecendo a singularidade das demandas em saúde. Além disso, as ações em saúde para as mulheres em situação de violência parecem, de fato, demandar uma intervenção que contemple novos elementos de compreensão do sujeito-mulher (re)constituindo ou (re)significando o que é saúde, atenção e cuidado.

Considerações finais

Sabe-se que o trabalho rural, principalmente o das mulheres, historicamente é fragilizado ou desprovido de direitos de cidadania, seja pela exploração no regime de produção, expressa pela violência costumeira, seja pela ausência do Estado na proteção destas ou, muitas vezes, atuando de forma repressiva quando as trabalhadoras reivindicam seus direitos.

As mulheres representam 45% da força de trabalho no campo e, mesmo com as importantes modificações, desde a década de 1980, com a inserção das mulheres nos sindicatos e com a abertura do MST para discutir as relações de gênero, -o acesso ao direito previdenciário e o direito à posse da terra,- ainda falta implementar essas conquistas na prática das relações sociais. A igualdade de gênero ainda é um objetivo a ser alcançado, pois as mulheres continuam tendo seu trabalho pela subsistência da família invisibilizado ou considerado não trabalho, tendo suas atividades exercidas na lavoura e na comunidade consideradas pela sociedade apenas como “ajuda”.

A constatação de que as mulheres trabalhadoras rurais ainda não são suficientemente reconhecidas, nem pelos serviços estatais e nem pela sociedade, constituiu-se em um ganho referido pelo próprio governo como benefícios que só foram possíveis pela mobilização e organização das mulheres trabalhadoras rurais (Brasil, 2005). Evidencia-se, a partir daí, a importância que a participação das mulheres nos movimentos sociais rurais e nos conflitos rurais, mesmo que invisibilizadas pela literatura, têm para o desenvolvimento de políticas públicas e modificação de padrões sociais que as discriminam.

Entretanto, muito ainda precisa ser modificado para que as hierarquias de gênero, que se constituem em vulnerabilidades de gênero com repercussões sobre a saúde das mulheres trabalhadoras rurais sejam reduzidas no Brasil. Nesse sentido, constata-se que tanto no âmbito do Estado, quanto no da Academia essa é uma temática que ainda precisa ser desenvolvida e contextualizada, objetivando a estruturação de Políticas Públicas.

Observa-se que nem o Estado, neste caso representado pelos serviços públicos de saúde, tem um olhar atento à vulnerabilidade da mulher, residente no meio rural, aos fatores que comprometem a sua saúde, evidenciado pela ausência de informações oficiais, e, nem os estudos acadêmicos têm abordado esse tema. Dessa forma, traçaram-se essas reflexões com o propósito de desvelar algumas questões e, talvez, sensibilizar e estimular ações.

Concorda-se com o Ministério da Saúde de que pesquisas nacionais referentes ao tema deverão ser realizadas para ampliar e adequar estratégias e conteúdos que subsidiem a elaboração de políticas públicas, evitando a perpetuação da invisibilidade das questões que determinam a boa ou a má qualidade de vida da mulher residente e trabalhadora rural.

Assim, pensar sobre essas particularidades das mulheres residentes nos acampamentos, assentamentos e na zona rural, pode auxiliar a ir além das ações programáticas que fazem parte da estratégia da atenção básica de saúde, como o planejamento familiar, pré-natal, prevenção do câncer de colo e de mama. Sobretudo os serviços de atenção básica, que atuam no meio rural ou que englobam regiões de características rurais, podem traçar estratégias de enfrentamento desses problemas voltados à prevenção e promoção da saúde nesse contexto específico.

Referências

- Aquino, Rubim Santos Leão de A luta pela terra no Brasil (2000). *Encuentro de Revistas Marxistas de América Latina*. Montevideu. Acesso em 24/01/2006, disponível em http://www.socialismo-o-barbarie.org/brasil/brasil_aquino_lucha_por_la_tierra.htm
- Antunes, Ricardo Luiz Coltro (1991). *O que é sindicalismo*. São Paulo: Editora Brasiliense.
- Ayres, José Ricardo Carvalho de Mesquita; França Júnior, Ivan; Calazans, Gabriela Junqueira e Saletti Filho, Heraldo César (2003). O conceito de vulnerabilidade e as práticas de saúde: novas perspectivas e desafios. In Dina Czeresnia e Carlos Machado de Freitas (Org.) *Promoção da Saúde: conceitos, reflexões, tendências* (pp. 117-139). Rio de Janeiro: FIOCRUZ.
- Brasil. Lei 9.799 de 26 de maio de 1999. Insere na Consolidação das Leis do Trabalho regras sobre o acesso da mulher ao mercado de trabalho e dá outras providências. DOU de 27/05/1999. Acesso em 15/04/2008, disponível em: http://www.trt02.gov.br/geral/tribunal2/Legis/Leis/9799_99.htm
- Brasil (2004). *Ministério da Saúde. Política nacional de atenção integral à saúde da mulher: princípios e diretrizes*. Brasília: Ministério da Saúde.
- Brasil (2005). *Ministério do Desenvolvimento Agrário. Cirandas do PRONAF para mulheres*. Brasília: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural.
- Brasil (2006). *Ministério do Desenvolvimento Agrário. Margarida Alves: Coletânea sobre estudos rurais e gênero*. Brasília: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural.
- Brito, Eleonora Zicari Costa de (2001). Santa Dica: relações de gênero e campo religioso. In: Sérgio Ricardo Coutinho (Org.), *Religiosidades, Misticismos e História no Brasil Central* (pp. 61-71). Brasília: CEHILA.
- Brumer, Anita (2004). Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. *Estudos Feministas*, 12(1), 205-227.
- Brumer, Anita e Tavares Dos Santos, José Vicente (2006). Estudos agrários no Brasil: modernização, violência e lutas sociais (desenvolvimento e limites da Sociologia Rural no final do Século XX). *Revista NERA (UNESP)*, 9, 49-72.
- Bruyn, Maria de (2003). *Violence, pregnancy and abortion. Issues of women's rights and health*. Chapel Hill (NC): IPAS.
- Deere, Carmen Diana (2004). Os direitos da mulher à terra e os movimentos sociais rurais na Reforma Agrária Brasileira. *Revista Estudos Feministas*, 12(1), 175-204.
- Fischer, Izaura Rufino e Gehlen, Vitória (2002). *Reforma Agrária: Chão Masculino, Pão Feminino. Fundação Joaquim Nabuco (130)*. Acesso em 30/06/2008, disponível em <http://periodicos.fundaj.gov.br/index.php/TPD/article/view/1364/1196>

- Gerhardt, Tatiana Engel (2000). *Anthropologie et santé publique : approche interdisciplinaire. Pauvreté, situations de vie et santé au quotidien à Paranaguá, Paraná, Brésil*. Tese inédita, Université de Bordeaux 2- Victor Segalen, França.
- Guedes, Rebeca Nunes; Silva, Ana Tereza Medeiros Cavalcanti da; Coelho, Edméia de Almeida Cardoso; Silva, César Cavalcanti da e Freitas, Waglânia Mendonça Faustino (2007). A Violência conjugal sob o olhar de gênero: dominação e possibilidade de desconstrução do modelo idealizado hegemonicamente de casamento. *Online Brazilian Journal of Nursing*, 6(3).
- Matos, Izabella Barison. (2000). Os itinerários terapêuticos: às práticas curativas de agricultoras de Joaçaba (SC). *Revista Grifos*, 1, 101-124.
- Rangel, Maria do Socorro (2000). *Medo da Morte; Esperança de Vida. A História das Ligas Camponesas na Paraíba*. Dissertação de mestrado inédita, Unicamp, São Paulo.
- Salvaro, Giovana Ilka Jacinto (2004). Jornada de trabalho de mulheres e homens em um assentamento do MST. *Revista Estudos Feministas* 12(1), 321- 330.
- Santana, Elma (2003). Jacobina: A líder dos Muckers. *Protestantismo em Revista*, 2(1). Acesso em 30/06/2008, disponível em <http://www3.est.edu.br/nepp/revista/002/02elma.htm>
- Silva, Adriana Lopes e Ribeiro, Gracy Tadeu Ferreira (2008). "Santa dica": a mulher que agitou Goiás durante a república velha. *Revista educação & mudança*, 20 e 21, 52-64.
- Silva, Cristiani Bereta da (2004). Relações de Gênero e subjetividades no Devir do MST. *Revista Estudos Feministas*, 12(1), 269-287.
- Silva, Maria Aparecida Moraes (2000). De Colona A Bóia-Fria. In Mary Del Priore (Org.), *História das mulheres no Brasil* (pp. 554-577). São Paulo: EDUNESP/Contexto.
- Takahashi, Renata Ferreira e Oliveira, Maria Amélia Campo (2004). A operacionalização do conceito de vulnerabilidade no contexto da saúde da família [online]. In: Instituto para o Desenvolvimento da Saúde; Universidade de São Paulo e Ministério da Saúde (Org.). *Manual de Enfermagem. Programa de Saúde da Família* (pp. 225-228). Brasília: Ministério da Saúde.
- Tavares Dos Santos, José Vicente (2001). Conflitos agrários e violência no Brasil: agentes sociais, lutas pela terra e reforma agrária. In: Fernanda Antonia da Fonseca Sobral e Maria Stela Grossi Porto (Org.), *A contemporaneidade Brasileira* (pp. 433-450). Santa Cruz: Editora da Universidade de Santa Cruz.
- Touraine, Alain (1989). *Palavra e Sangue. Política e Sociedade na América Latina*. São Paulo: UNICAMP.
- Vasconcellos, Lauro de (1991). *Santa Dica: encantamento do mundo ou coisa do povo*. Goiânia: Cegraf/UFG.
- Zordan, Paola Basso Menna Barreto Gomes (2005). Bruxas: figuras de poder. *Estudos Feministas*, 13(2), 331-341.



Este texto está protegido por una licencia [Creative Commons](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/).

Usted es libre de copiar, distribuir y comunicar públicamente la obra bajo las siguientes condiciones:

Reconocimiento: Debe reconocer y citar al autor original.

No comercial. No puede utilizar esta obra para fines comerciales.

Sin obras derivadas. No se puede alterar, transformar, o generar una obra derivada a partir de esta obra.

[Resumen de licencia](#) - [Texto completo de la licencia](#)